

ISSN Eletrônico: 2674-5755

ISSN Impresso: 2674-5739

Revista da

# Defensoria Pública

do Distrito Federal

VOLUME 1 - NÚMERO 1

*Journal of Brazilian Federal District Public Defensorship*

## Dossiê Especial

Sistemas de justiça e interlocuções  
em prol de grupos vulneráveis

MAIO - 2019

  
**REVISTA**  
DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

# Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>11</b>
<b>Editorial.....</b>	<b>15</b>
<b>Artigos de Convidados.....</b>	<b>17</b>
<b>A defensoria pública como garantia de acesso à justiça.....</b>	<b>19</b>
<i>The Public Defender Office as a guarantee of access to justice</i>	
(Gabriel Ignacio Anitua Marsan)	
<b>A transversalidade dos crimes de femicídio/feminicídio no Brasil e em Portugal.....</b>	<b>29</b>
<i>The transversality of femicide/feminicide crimes in Brazil and Portugal</i>	
(Lourdes Maria Bandeira, Maria José Magalhães)	
<b>Artigos.....</b>	<b>57</b>
<b>A transcendência dos Direitos Humanos.....</b>	<b>59</b>
<i>The transcendence of Human Rights</i>	
(Antonio Carlos Fontes Cintra)	
<b>O papel da tradução e da interpretação para grupos vulneráveis no acesso à justiça.....</b>	<b>69</b>
<i>The role of translation and interpretation for vulnerable groups in access to justice</i>	
(Silvana Aguiar dos Santos, Aline Vanessa Poltronieri-Gessner)	
<b>Direitos Humanos dos Pacientes Testemunhas de Jeová e a transfusão de sangue compulsória em decisões judiciais no Brasil.....</b>	<b>85</b>
<i>Jehovah's Witnesses Patients's Human Rights and Mandatory Blood Transfusion in Judicial Decisions in Brazil</i>	
(Denise G.A.M. Paranhos, Aline Albuquerque)	
<b>Planos de educação: a litigância estratégica da sociedade civil e da Defensoria Pública do estado do Paraná na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....</b>	<b>95</b>
<i>Education Plans: The Strategic Litigation by Civil Society and the Public Defense Office of the State of Paraná Before the Inter-American Commission on Human Rights</i>	
(Ananda Hadah Rodrigues Puchta, Camille Vieira da Costa, Helena de Souza Rocha)	
<b>Disputas semânticas sobre igualdade e família(s).....</b>	<b>107</b>
<i>Semantic Disputes Over Equality and Family(ies)</i>	
(Sarah Flister Nogueira)	

<b>Defensoria Pública e curadoria especial no Superior Tribunal de Justiça: a obrigatoriedade de recolhimento das custas de preparo como requisito de admissibilidade do recurso especial.....</b>	<b>123</b>
<i>Public Defender office and special curator in Superior Court of Justice: the obligation to pay the fee for appeal as a requirement for the admissibility of the special appeal</i>	
(Pericles Batista da Silva)	
<b>O redimensionamento da atuação da Defensoria Pública: a tutela de direitos humanos no âmbito da Defensoria Pública do Distrito Federal .....</b>	<b>137</b>
<i>The role resizing of the Public Defender's Office: the protection of human rights in the Public Defender's Office of the Federal District (Brazil)</i>	
(Brenda Aíssa Martins Henrique)	
<b>As decisões judiciais do caso comunidade LGBT (Defensoria Pública do Estado de São Paulo) versus Levy Fidélis e PRTB: uma análise empírico-retórica dos discursos .....</b>	<b>153</b>
<i>The judicial decisions of the case LGBT community (São Paulo Public Defender Office) versus Levy Fidelix and PRTB: an empirical-rhetoric speeches analysis</i>	
(Vitor Nunes Lages)	
<b>O estudo da execução penal nas faculdades de Direito: a relevância da disciplina para uma educação jurídica emancipadora .....</b>	<b>173</b>
<i>The study of criminal execution in the faculties of law: the relevance of the discipline to an emancipatory legal education</i>	
(Adriano Resende de Vasconcelos)	
<b>Da nova concepção teórica de acesso à justiça o Judiciário como <i>ultima ratio</i>.....</b>	<b>189</b>
<i>From the new theoretical conception of access to justice – The Judiciary as ultima ratio</i>	
(Fernando Antônio Calmon Reis)	
<b>Sobre os autores .....</b>	<b>199</b>
<b>Regras para envio de textos .....</b>	<b>206</b>
<b>Author Guidelines .....</b>	<b>209</b>

# Editorial

É com imensa alegria e satisfação que inauguramos esta nova etapa da Defensoria Pública do Distrito Federal, com a publicação do primeiro número de nossa revista institucional, que muito nos orgulha e nos traz esperança de exercermos nosso *múnus* também em outras frentes, forjando e semeando *ciência jurídica sob o prisma de quem com ela convive em sua rotina*.

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) tem por escopo tornar-se um espaço plúrimo, com discussões e estudos realizados por autores altamente capacitados, sejam Defensores Públicos ou mesmo demais profissionais afetos a esse ramo do mundo humano, após o crivo do Conselho Editorial da Revista.

Não poderíamos encetar algo tão relevante institucionalmente com temática mais apropriada: *“sistemas de justiça e interlocuções em prol de grupos vulneráveis”*. Nesse contexto, os temas aqui tratados, tais como feminicídio, direitos humanos, educação, família e acesso à justiça, dentre outros, ditam a pauta da Defensoria Pública do Distrito Federal e se confundem com a história da instituição.

No momento em que pesquisas divulgam que, nos primeiros meses do corrente ano, mais de 200 (duzentos) feminicídios ocorreram no Brasil, que direitos humanos, devidamente garantidos na Constituição de 1988, são vilipendiados diariamente, ou ainda que em nosso país há quase 12 (doze) milhões de analfabetos, segundo o IBGE, a participação da Defensoria Pública, em suas mais variadas searas, mostra-se extremamente valiosa socialmente, não podendo se despir de seu papel de agente de transformação social e instrumento de acesso à justiça.

Dessa forma, concitamos todos a participarem desta mudança: autores e leitores. A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal deve servir ao seu propósito, sendo um espaço de elevação pessoal, desenvolvimento institucional e metamorfose social, com intensa dialética.

Por fim, agradeço efusivamente a todos os que colaboraram para a materialização deste projeto e o faço em nome do Diretor da Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal, Dr. Evenin Eustáquio de Ávila, e do Editor-chefe da RDPDF, Dr. Alberto Carvalho Amaral. Sem o esforço colaborativo dos diversos atores, jamais teríamos tirado nossa Revista do campo das ideias.

Brasília, 2019

**Maria José Silva Souza de Nápolis**

Defensora pública-geral